

DISTÚRBIO ARTICULATÓRIO: A INTERFERÊNCIA NA APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA

Queise Jacobina Santos Brasileiro

RESUMO

Este estudo focaliza a interferência dos distúrbios articulatório na aprendizagem da leitura e da escrita, a partir de estudo de caso realizado com crianças de primeira série. Distúrbios articulatório são alterações que afetam os padrões de pronúncia ou de produção dos sons da língua. Consiste na má articulação das palavras, omitindo, acrescentando, trocando ou ainda distorcendo os fonemas. A metodologia utilizada foi a descritiva exploratória de caráter qualitativo. Dois eixos teóricos guiam a pesquisa: a teoria sócio-interacionista de Vygotsky e Piaget, que abordam o desenvolvimento intelectual e lingüístico das crianças e diversas discussões sobre o desenvolvimento da fala e sua influência na aprendizagem da leitura e da escrita em crianças a partir de estudos como os de Maissonny e Launay, Berberian, Casanova, dentre outros.

Palavras-chave: Distúrbios articulatórios, aprendizagem da leitura e escrita, distúrbios de aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

As dificuldades do aprendizado escolar vêm sendo estudadas desde a década de 30 no exato momento em que foi percebido o fato de crianças inteligentes não conseguirem aprender a ler e a escrever. Antes dessa época, aquelas que não logravam êxito com a alfabetização eram tidas como incompetentes para cursar o estudo acadêmico e eram tachadas de preguiçosas ou com “pouca inteligência”. (OLIVEIRA, 2010, p. 81). Muitas dessas dificuldades correspondiam a distúrbios articulatórios os quais podem ser definidos como às alterações que afetam os padrões de pronúncia ou de produção dos sons da língua, e que estão ligados, principalmente, às fases de programação e/ou execução neuromotora.

A partir do histórico acima apresentado, defini-se como objeto de trabalho distúrbios articulatório *versus* aprendizagem da leitura e da escrita. Daí então convergiu a pesquisa conforme o seguinte problema: até que ponto os distúrbios articulatório existentes nas crianças podem afetar o seu desenvolvimento linguístico? Com o objetivo de compreender a respeito da interferência de tais distúrbios no processo de aprendizagem da leitura e da escrita, questiona-se se a intervenção do professor pode propiciar condições necessárias para o aprimoramento no desempenho escolar da criança e conseqüentemente permitirá o desenvolvimento de sua oralidade; se a criança com distúrbio articulatório em contato com um fonoaudiólogo pode obter estímulo para o desenvolvimento do seu aprendizado; e por fim, até que ponto os distúrbios articulatório existentes em crianças podem afetar o desenvolvimento da aprendizagem da leitura e da escrita.

Crianças portadoras de distúrbios articulatório podem ser seriamente comprometidas tanto emocionalmente, quanto no aprendizado da leitura e da escrita. Muitas vezes a aprendizagem é prejudicada por causa da baixa auto-estima, provocada pelo distúrbio, o que nos remete a uma relação de interdependência entre a auto-estima e a aprendizagem. Contudo, se a criança tiver ajuda de um professor que compreende o que com ela se passa e se um profissional habilitado lhe acompanha, é certo que sua oralidade será bem desenvolvida e as questões emocionais ligadas a tais fatores serão sanadas.

Dois eixos teóricos guiam a pesquisa: a teoria sócio-interacionista de Lev Vygotsky e Piaget que desenvolveram estudos que abordam o desenvolvimento intelectual e lingüístico da criança e diversas discussões sobre o desenvolvimento da fala e sua influência na aprendizagem da leitura e da escrita através de estudos como os de Maissonny e Launay, Berberian, Casanova, dentre outros.

2 POLÍTICA DE INCLUSÃO NA ESCOLA

A existência dos excluídos segue a história da humanidade, já que sempre existiram pessoas vitimadas por processos de dominação e segregação, motivados por problemas relacionados com religião, política, saúde, etnia, gênero, economia, dentre outros, que tiveram predominância exclusiva ou combinada em cada momento histórico.

Segundo Mafra (2004, p. 69), “teoricamente, são excluídos os que não conseguem ingressar nas escolas e também, aqueles que, mesmo matriculados, não exercitam seus

direitos de cidadania de apropriação e construção de conhecimentos”, fazendo uso de suas capacidades, ou mesmo, tendo oportunidade de desenvolvê-las.

O entendimento teórico e pedagógico dos educadores empenhados na reconfiguração educacional que resguarde a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade é ponto de fundamental importância para o desenvolvimento de políticas na área da educação inclusiva.

Falar sobre inclusão/exclusão de alunos nas escolas tem sido muito comum nos atuais debates de políticas educacionais, em função do grosso volume estatístico de evasão escolar. Em tempo, é perceptível as implementações na área de educação de um conjunto de transformações, os quais têm provocado grandes modificações no funcionamento dos sistemas de ensino e na qualidade de seu atendimento.

articuladas a partir da aprovação da Constituição em 1988 e da LDB em 1996, as transformações têm se processando nos âmbitos do financiamento, do currículo, da gestão, da evasão, da organização pedagógica, dos materiais didáticos, da presença dos instrumentos de comunicação na escola etc. (ROSA & SOUZA, 2002, p. 57).

Diante de tais procedimentos, questiona-se até que ponto tais iniciativas são sensíveis à situação do aluno dito diferente. É preciso salientar que buscar saídas para a inclusão nos sistemas de ensino remete-se a considerar, indubitavelmente, os elementos geradores da situação de exclusão vivida por eles, o que significa tratar da questão educacional articulada à problemática social brasileira.

o conceito de *reforma educacional* associa-se a necessidade de modificação do que está em exercício ou da forma de realizá-lo, posto que não é mais capaz de responder adequadamente às necessidades sociais. Portanto, coloca a idéia de organizar, de maneira nova, a prática educacional. E traz também a idéia de melhorar o sistema educacional, assegurando o caráter qualitativo que se busca num esforço como esse. (ROSA & SOUZA, 2002, p. 249).

Reformar para incluir significar – ou precisa significar – reelaborar conforme a real necessidade. Não adianta desenvolver políticas educacionais que alcancem apenas os que já são contemplados. Se for para incluir, que o foco da reforma seja o excluído. É evidente que não se pode, nem se deve pedir que, em detrimento dos ditos normais, os ditos excluídos sejam abonados. O que se reivindica é, a princípio, um mínimo de equilíbrio, através do qual oportunidades de inclusão sejam oferecidas e nelas, trabalhos sejam efetivamente realizados através de profissionais capacitados para desenvolver o que se espera: operações eficazes e eficientes no que se dispuseram a fazer.

Pensar a inclusão é, portanto, pensar nessa nova escola que atende a todos respeitando as diferenças e que pode ser repensada em função das novas demandas da sociedade atual e

das exigências desse alunado. Logo, para programar uma política educacional de inclusão, não basta ampliar vagas para pessoas com distúrbios, pois isso pouco ou nada modificaria se as instituições não forem devidamente redimensionadas para o atendimento a tal público.

As transformações que viabilizam o *status quo* só interessam aos já atendidos e em posição estável. Tais políticas não interessam a quem está à margem do processo, mesmo porque, para que logrem êxito é preciso que sua implementação saia das intenções e se traduza em ações que realmente garantam a melhoria da qualidade de ensino e enfrentamento do fracasso escolar, ao invés de simplesmente melhorar os índices oficiais no trabalho educacional no interior das escolas.

e isso não é possível implementar por decreto. Requer um envolvimento dos profissionais de educação, alunos, pais, na reorganização do espaço e do tempo da escola, e que sejam garantidas condições de trabalho para os professores e condições de permanência e de estudo para os alunos. (ROSA & SOUZA, 2002, p. 61).

Na escola que prima pela produção e manutenção de igualdades não há espaço para manifestações do único, do especial, do singular. É, portanto, essa característica, a de ser diferente e único, que nos tornam verdadeiramente humanos. Como produtora de igualdade, a escola preza pela homogeneidade e, com isso, acentua e produz a desigualdade, excluindo aqueles que se diferenciam, o que é um enorme contra ponto, posto que é impossível não reconhecer que as diferenças são inerentes ao ser humano. São as diferenças que trazemos conosco que nos fazem distintos, inigualáveis e sem possibilidades de repetição. Inclua-se aí, as pessoas que têm distúrbios, sejam eles mentais, físico, vocais ou qualquer outro.

Por outro lado, as semelhanças existem e são elas que, na maioria das vezes, aproximam as pessoas em seu convívio social. Sim, pois mesmo possuindo características que diferenciam umas pessoas de outras, é inerente ao ser a necessidade de estar em sociedade. E é por isso que as diferenças, ao contrário de serem elemento de exclusão, precisam ser respeitadas para que, em grupo, as pessoas estejam próximas e se ajudem mutuamente. Segundo os vastos estudos de Vygotsky, em sua teoria sócio-interacionista, a criança se desenvolve em contato com o meio, com as pessoas, interagindo com elas. É um processo natural. Logo, se partir do princípio da natureza humana, nas políticas seriam, desde sempre, inclusivas.

Mas, muitas vezes, até por causa da falta de suporte, algumas escolas terminam por confundir diferenças com desigualdades. Conforme afirma Oliveira (2010, p. 69) diferenças são inerentes ao ser humano enquanto que desigualdades são socialmente produzidas. As diferenças enriquecem, ampliam e, se não são, deveriam ser desejáveis até por permitirem a

diferenciação/identificação. As desigualdades ao contrário, produzem inferioridade e minam o desenvolvimento das potencialidades humanas pelo fato de implicarem relações de exploração.

A discussão em torno do espaço escolar e suas atribuições é particularmente importante e imprescindível para as mudanças no atendimento ao diferente e a sua designação como espaço social para a criança é de relevância indiscutível para crianças que enfrentam dificuldades para estabelecer vínculos sociais..

A educação inclusiva requer uma escola aberta para todos os alunos, visto que ela propõe inserir na escola todos os excluídos, garantir qualidade na educação, considerar as diferenças, porque resgata uma proposta de recriação da própria vida na escola.

3 DESENVOLVIMENTO NORMAL DA FALA

As descrições da aquisição e desenvolvimento da fala têm indicado certos fatos observáveis. A criança produz um número de sons (grunhidos, choros, suspiros, etc.) devido ao seu estado fisiológico. Então ela começa a produzir um número de sons que são diferentes em composição acústica daqueles produzidos anteriormente, e a natureza das situações que parecem provocá-los também é diferente. Dentro de uma dada amostra de tempo, o uso de estruturas mentais mais complexas vai aumentando à medida que a criança vai amadurecendo, ocorrendo o mesmo com a variedade de tipos de sons proferidos. Também a extensão média da sentença aumenta com a idade (MENYUK, 2005, p.7).

No desenvolvimento normal, todas as crianças passam por um período de balbucio antes de produzir sentenças, da mesma forma que todas se viram e se sentam antes de andar. Durante o primeiro ano de vida a criança emite ruídos vocais que são chamados de lactação. Nas primeiras semanas são apenas gritos. Após o segundo mês de vida, quando a lactação normalmente se inicia, que os gritos começam a se distinguir, podendo-se identificar expressão de mal-estar e de bem-estar. No início equivalem às vogais *a* e *e*, porém com sons diferenciados da letra efetivamente falada. Mais tarde, consoantes são associadas às vogais, também estas de sons diferenciados da língua falada.

Com a evolução da pronúncia das consoantes, sobretudo os ruídos glóticos, vai surgindo uma forte tensão muscular, depois os lábios intervêm também. A preeminência dos movimentos labiais corresponde aos primeiros esboços da imitação da fala.

Pode-se observar a lactação em momentos de bem-estar da criança. Assim como ela agita seus membros em movimentos de pedalagem ou flexão extensão num exercício

muscular, do mesmo modo ela exercita sua musculatura fonatória. “Todos os lactentes têm a mesma lactação e é apenas quando a linguagem se esboça que ela assume as características da língua falada na família” (MAISONNY & LAUNAY, 1996, p. 18).

Se a partir do primeiro mês de vida a mãe estimular a lactação, além de proporcionar prazer ao bebê, ela também estará ajudando no desenvolvimento da personalidade, auto-estima e da linguagem. O papel materno, bem como o da família é, portanto, imprescindível ao desenvolvimento global do bebê, sendo a linguagem – através do pensamento e sons emitidos - em sua formação, elemento determinante para estímulos e observações, já que ela é instrumento de importância incontestável na formação e desenvolvimento do ser.

Piaget descreveu o período de zero a dois anos como sensório-motor. Durante os últimos seis meses deste período, a criança começa por fazer representações simbólicas internas dos problemas sensórios-motores e a deduzir as soluções de problemas antes de tentar uma solução por comportamento de ensaio/erro. Devido a esta competência adquirida, ela pode, entre outras coisas, imitar modelos que não estão imediatamente presentes, envolver-se em um pretense brinqueado, inferir causas objetivas, quando apenas os efeitos são vistos e vice-versa, e reconstruir de memória, eventos passados.

A criança compreende de maneira mais eficaz a linguagem entre o final do primeiro ano e o início do segundo. A compreensão é maior que a sua expressão verbal. Os sinais e movimentos associados às palavras auxiliam nesta compreensão.

Seu significado é compreendido a partir da observação do meio no qual a criança está inserida. É através das primeiras palavras que a criança inicia seu processo de autonomia e toma consciência de uma distância em relação aos objetos.

Se ela os nomeia, se ela tem prazer em repetir seu nome, é para assegurar-se de sua existência e sua permanência, é para ter, uma certa medida, um domínio sobre eles. (...) Este aspecto da primeira linguagem formadora do eu caminha ao lado do aspecto de relação; a criança, exprimindo seus desejos ou suas negações, situa-se também em relação aos adultos. É a medida que ela progredir nesta via que ela vai poder, um pouco mais tarde, admitir as outras crianças e corresponder-se com elas. (MAISONNY & LAUNAY, 2005, p. 22).

Esta fase da linguagem é de absoluta importância, não apenas pelo processo de iniciação à comunicação, mas também pelo desenvolvimento psicomotor global contínuo em que a necessidade de expressão verbal é sempre acompanhada de um gesto ou mímica.

Nesta fase a criança ainda não utiliza todos os fonemas. Primeiro articula as vogais mais simples, depois algumas consoantes e, bem mais tarde, os grupos consonantais.

Entre dois e três anos de idade, a criança amplia rapidamente o número de palavras e frases, por imitação da fala adulta, não conseguindo ainda uma articulação perfeita por conta da sua incapacidade práxica. A medida que o número de palavras aumenta, seu sentido passa a ser mais preciso. E quando surgem palavras novas, os sentidos múltiplos das palavras anteriores se restringem. Depois dos dois anos é que pode-se começar a falar de “vocabulário”, ou seja, da aquisição de um capital verbal.

A partir dos três anos, analisar os processos de desenvolvimento da linguagem na criança, é uma incógnita, pois as formas de análise anteriormente utilizadas, em períodos prévios, já não são mais possíveis, posto que a criança esteja numa nova fase, na qual a aquisição da linguagem acontece tão abundante, como em nenhum outro momento da vida do ser.

4 DISTÚRBIO ARTICULATÓRIO: RELAÇÃO COM A ESCOLA E A FAMÍLIA

A fala é um indicador do desenvolvimento integral da criança e sua aquisição um fator de interferência no desenvolvimento da leitura e escrita, por isso é necessário, mesmo que com brevidade, estudar a respeito dos distúrbios que podem ocorrer por ocasião da infância.

Os distúrbios da comunicação podem ter diferentes causas. Muitas vezes, a criança não é estimulada ou não tem modelos corretos de comunicação ou, em outros casos, pode ocorrer por alterações nos órgãos periféricos (ouvidos, estrutura fonoarticulatória), no sistema nervoso central, ou deficiências anatômicas, como a fissura labial. Há ainda a probabilidade de o distúrbio ter origem emocional.

Distúrbios articulatórios correspondem às alterações que afetam os padrões de pronúncia ou de produção dos sons da língua. Esses distúrbios estão ligados, principalmente, às fases de programação e/ou execução neuromotora. (OLIVEIRA, 2010).

As alterações mais comuns podem ser exemplificadas com a adição ou inserção de sons que não deveriam estar presentes na palavra; distorção ou pronúncia aproximada de um fonema, permitindo sua identificação com o fonema padrão; imprecisão articulatória, que corresponde a produções pouco diferenciadas, ou com pouca clareza dos sons, dificultando a identificação deles com o que deveria ser o padrão; omissão ou ausência de fonemas que deveriam fazer parte da palavra; substituição de um som por outro.

É necessário primar pela qualidade da fala, posto que ela é elemento importante para o desenvolvimento do homem.

O profissional de educação precisa estar apto a lidar com os vários problemas que fatalmente ocorrerão em âmbito escolar, dentre esses, os relacionados com os distúrbios articulatorios. Tais distúrbios podem afetar o convívio social e trazer problemas no aprendizado. É importante que pais e educadores saibam identificar esses distúrbios para fazer o encaminhamento a um fonoaudiólogo e/ou demais profissionais que possam vir a se envolver no tratamento.

Espera-se, de modo geral, que a criança já comece a falar, linearmente, de forma correta. Não há como determinar o tempo exato para isso. Enquanto uma de 16 meses consegue falar certos números de palavras, outra da mesma idade, muitas vezes, não fala nenhuma palavra ainda. (MAISONNY & LAUNAY, 2005, p. 87).

Os órgãos utilizados para a produção da fala deverão passar por uma avaliação detalhada, visando encontrar a causa do distúrbio articulatorio. Segundo afirma Maisonnay e Launay (1995, p. 93) o aparelho respiratório, os órgão fonatórios, o aparelho auditivo, as via nervosas e as áreas corticais e subcorticais motoras e sensoriais, merecem especial destaque e importância.

O desenvolvimento da comunicação oral não acontecerá com a devida normalidade se qualquer destes órgãos não estiver trabalhando na devida forma. Contudo, não só estes podem intervir no processo. Fatores de natureza cognitiva ou intelectual também devem ser seriamente considerados. Um exemplo a ser dado é o de crianças e/ou adultos com deficiência mental.

Se a fala não funciona com a regularidade esperada, o convívio social fica prejudicado já que outras crianças acabam brincando com a condição diferente do colega. Quanto ao ambiente, vale salientar que é nele que as comunicações ocorrem, não tendo como dissociar sua influência no desenvolvimento da fala, posto que o meio social é também escola e lugar de diversas interações.

A escola é um lugar onde as percepções de distúrbios linguísticos ocorrem com muita frequência, através das observações efetuadas pelos professores, que também podem participar do tratamento sugerido por outros profissionais.

Não é preciso acompanhar a criança ao longo de todas as atividades. Segundo Oliveira (2010, p. 96), basta que sejam feitas breves observações de cerca de cinco minutos ao longo de alguns dias, que permitirão uma visão geral da criança, de como ela se comunica (dificuldades e facilidades), e da variedade de experiências com as quais se depara.

Quanto mais cedo for estimulada – ou iniciada o tratamento - mais facilmente o problema será corrigido. O tratamento deve ser feito de preferência antes da fase da alfabetização para que não haja prejuízos no processo de leitura e escrita.

Segundo a fonoaudióloga Andréa Mafra (2004), pode-se diagnosticar o distúrbio articulatorio da seguinte maneira:

é realizada avaliação dos órgãos fonoarticulatórios necessários à articulação das palavras. Verifica-se também a mobilidade e tonicidade destes órgãos: palato, lábios e língua, assim como a audição tanto na quantidade como também na qualidade (percepção) auditiva. É importante uma estimulação da percepção auditiva para que a criança ou o adulto possa identificar e corrigir a sua emissão de fonemas, sílabas, palavras e frases.

Em alguns casos, pode-se haver a necessidade de uma intervenção específica a ser realizada no âmbito educacional ou em clínicas apropriadas, visando um acompanhamento mais próximo e controlado. Detectado o problema poderá encaminhar o caso para o especialista como também trabalhar com atividades que possam contribuir com o desenvolvimento lingüístico do aluno

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa centrou-se na busca de informações que girassem em torno da influência que distúrbios articulatorios pudessem exercer sobre o desenvolvimento da aprendizagem da leitura e da escrita em criança, bem como a insuficiência na formação dos professores para lidar com tais distúrbios. Assim, importou estudar políticas de inclusão, o desenvolvimento normal da linguagem, conceito, bem como suas causas e conseqüências.

Demonstrou que é necessário interferir na formação dos professores para o bom desempenho destes – já não têm recebido nenhum preparo para isso em nenhum nível, a não ser por insipientes iniciativas próprias -, quanto a forma de lidar com os alunos que apresentem o problema, bem como comprovou que crianças com tais distúrbios podem ser altamente comprometidas na aprendizagem da leitura e da escrita.

Além disso, mediante as pesquisas bibliográficas constata-se que a inércia de alguns pais, a falta de contato com profissionais especializados na área, os ambientes (casa, escola, rua) onde as crianças atuam e se desenvolve, a falta de uma política que favoreça a concretização de ações que contemplem o aluno em suas necessidades especiais culminam por engrossar cada vez mais as deficiências já existentes.

No âmbito escolar em especial, um distúrbio de fala pode ser considerado como desequilíbrio em relação às demais crianças do seu convívio. Mesmo que de maneira não muito clara, a criança percebe que é diferente em algum aspecto e isso a incomodará. Ela se sente em desajuste no seu modo de falar e em desequilíbrio em comparação com seus companheiros, o que pode levá-la a uma timidez excessiva e por causa disso, uma participação mínima ou nenhuma nas atividades escolares. Evidentemente, esse comportamento comprometerá o desenvolvimento da leitura, da escrita e de auto-estima da criança.

Assim, concluí-se que a escola precisa estar bem preparada, em todos os sentidos, para oferecer condições de trabalho a todos aqueles que nela atuam, visando estimular, indiscriminadamente, seus alunos a buscarem motivação para obterem todo o conhecimento de que têm direito, de maneira plena, utilizando das suas capacidades máximas, conforme lhes for possível e lhes é de direito.

REFERÊNCIAS

ROSA E SOUZA (org). **Os professores diante das reformas educacionais**. São Paulo: UNESP, 2002.

MAFRA, Andréa, **Dislexia (2004)**. Disponível em http://www.geocities.com/andrea_mafra/dislalia; Acesso em 21 Out. 2017.

MAISONNY E LAUNAY, Cl (org.). **Distúrbios da linguagem, da fala e da voz na infância**. 2^a ed. São Paulo: Roca, 1195.

MENYUK, Paula. **Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem**. São Paulo: Pioneira, 2005.

OLIVEIRA, Rui de. **Neurolinguística e o Aprendizado da Linguagem**. 1 ed. Catanduva – SP: Rasper, 2010.